

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE
2017

DENOMINAÇÃO ACISJF - ASSOCIAÇÃO CATOLICA INTERNACIONAL
AO SERVIÇO DA JUVENTUDE FEMININA

MORADA Rua Arcediogo Vanzeller

N. 50 **ANDAR** **LOCALIDADE** Porto

FREGUESIA Massarelos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4050-621

EM ____ / ____ / ____



(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Porto _____ , _____

Porto _____ , _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	353 018,12	371 340,40
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	2 122,88	2 155,73
		355 141,00	373 496,13
Ativo corrente			
Inventários	7	5 156,59	2 608,66
Créditos a receber	12.3	7 728,02	4 567,11
Estado e outros entes públicos	12.9	1 637,29	1 165,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	2 590,00	2 740,00
Diferimentos	12.5	9 658,97	9 878,72
Outros ativos correntes	12.4	609,02	717,90
Caixa e depósitos bancários	12.6	277 393,88	253 776,22
		304 773,77	275 454,04
Total do ativo		659 914,77	648 950,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	189 505,21	189 505,21
Resultados transitados	12.7	184 689,68	183 616,69
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	9/12.7	156 671,08	162 778,00
		530 865,97	535 899,90
Resultado líquido do período		568,69	1 072,99
Total dos fundos patrimoniais		531 434,66	536 972,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	8 913,85	9 650,45
		8 913,85	9 650,45
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	26 287,69	15 899,16
Estado e outros entes públicos	12.9	19 665,60	14 820,17
Diferimentos	12.5	60,00	30,00
Outros passivos correntes	12.10	73 552,97	71 577,50
		119 566,26	102 326,83
Total do passivo		128 480,11	111 977,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		659 914,77	648 950,17

A Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	8	97 485,84	95 791,52
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.11	545 757,51	572 629,10
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-83 863,98	-93 423,57
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-130 234,75	-127 021,06
Gastos com o pessoal	10	-404 916,40	-419 873,15
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	5,14	0,00
Outros rendimentos	12.14/16	7 723,95	8 588,62
Outros gastos	12.15	-8 351,85	-7 156,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23 605,46	29 534,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-22 810,88	-28 134,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		794,58	1 400,47
Juros e gastos similares suportados	12.16	-225,89	-327,48
Resultados antes de impostos		568,69	1 072,99
Resultado líquido do período		568,69	1 072,99

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: ACISJF - Assoc. Católica Intern. ao Serviço Juv. Feminina
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501148850

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Comunidade Inserção	Lar Infância e Juventude	SELF	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	450,00	2 785,20	94 250,64	97 485,84	95 791,52
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10/12.12	-175 350,41	-161 916,99	-151 512,98	-488 780,38	-513 780,47
Resultado Bruto		-174 900,41	-159 131,79	-57 262,34	-391 294,54	-417 988,95
Outros Rendimentos	9/12.11/12.13/12.14/12.16	288 609,29	172 332,84	92 544,47	553 486,60	581 217,72
Gastos de distribuição	12.12	0,00	0,00	-550,00	-550,00	0,00
Gastos administrativos	5/6/12.12	-62 857,58	-34 933,14	-54 713,71	-152 504,43	-154 733,39
Outros Gastos	12.15	-745,03	-511,74	-7 086,28	-8 343,05	-7 094,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50 106,27	-22 243,83	-27 067,86	794,58	1 400,47
Gastos de financiamento (líquidos)	12.16	-112,97	-74,55	-38,37	-225,89	-327,48
Resultado antes de impostos		49 993,30	-22 318,38	-27 106,23	568,69	1 072,99
Resultado líquido do período		49 993,30	-22 318,38	-27 106,23	568,69	1 072,99

ACISJF - Assoc.Católica Intern.ao Serviço Juv.Feminina
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		106 838,96	106 692,67
Pagamentos de apoios		-20,00	-20,00
Pagamentos a fornecedores		-209 593,88	-217 530,72
Pagamentos ao pessoal		-266 651,61	-277 165,77
Caixa gerada pelas operações		-369 426,53	-388 023,82
Outros recebimentos/pagamentos		387 814,82	393 698,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		18 388,29	5 675,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-2 189,03	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		41,66	76,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 147,37	76,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		9 292,40	10 010,01
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-736,60	-497,33
Juros e gastos similares		-1 179,06	-1 402,30
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		7 376,74	8 110,38
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		23 617,66	13 861,69
Caixa e seus equivalentes no início do período		253 776,22	240 559,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período		277 393,88	253 776,22

A Direção

Contabilista Certificado

**ACISJF – Associação Católica
Internacional ao Serviço da
Juventude Feminina**

Anexo

Demonstrações Financeiras

2017

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito.....	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações.....	15
12.1	Investimentos Financeiros	16
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	16
12.3	Créditos a receber	16
12.4	Outros Ativos Correntes.....	16
12.5	Diferimentos	16
12.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	17
12.7	Fundos Patrimoniais.....	17
12.8	Fornecedores	17
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	17
12.10	Outros Passivos Correntes	18
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.12	Fornecimentos e serviços externos.....	18
12.13	Aumentos /reduções justo valor.....	18
12.14	Outros rendimentos e ganhos	19
12.15	Outros gastos e perdas	19
12.16	Resultados Financeiros	19
12.17	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	19
12.18	Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A “ACISJF – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos registados em 18/01/2016 pelo averbamento nº 3 à inscrição nº 4/84 a fls. 85 verso e 86 do Livro nº 2 das Associações de Solidariedade Social, com sede em Rua Arcediago VanZeller, nº 50, Porto. Tem os seguintes objetivos:

- Visa em especial a formação integral da juventude feminina entre os 12 e 35 anos procurando contribuir para o seu desenvolvimento moral, social e intelectual;
- Dedica particular atenção aos casos de jovens em risco social e mães solteiras e/ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, com dificuldades de ordem socioeconómica e eventualmente aos casos de outras pessoas carenciadas;
- Promove também formação escolar e profissional e outras daqueles que são a razão da sua existência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	31.174,87				31.174,87
Edifícios e outras construções	622.568,26	1.878,78			624.447,04
Equipamento Básico	318.303,81				318.303,81
Equipamento de Transporte	23.742,47				23.742,47
Equipamento Administrativo	50.066,90	55,09			50.121,99
Equipamento Informático	16.778,70	2.554,73			19.333,43
Outros ativos fixos tangíveis	7.561,88				7.561,88
Ativo Tangível Bruto	1.070.196,89	4.488,60	0,00	0,00	1.074.685,49
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	301.418,18	15.991,02			317.409,20
Equipamento Básico	304.696,53	4.469,64			309.166,17
Equipamento de Transporte	22.108,35	530,04			22.638,39
Equipamento Administrativo	49.105,77	265,14			49.370,91
Equipamento Informático	14.281,07	1.457,96			15.739,03
Outros ativos fixos tangíveis	7.246,59	97,08			7.343,67
Depreciações Acumuladas	698.856,49	22.810,88	0,00	0,00	721.667,37
Ativo Tangível Líquido	371.340,40	-18.322,28	0,00	0,00	353.018,12

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de computador	492,00				492,00
Ativo Intangível Bruto	492,00	0,00	0,00	0,00	492,00
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	492,00				492,00
Depreciações Acumuladas	492,00	0,00	0,00	0,00	492,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	8.913,85	8.913,85	0,00	9.650,45	9.650,45
Total	0,00	8.913,85	8.913,85	0,00	9.650,45	9.650,45

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.564,64	67.086,89	26.380,70	2.608,66	66.670,68	19.741,23	5.156,59	
Total	2.564,64	67.086,89	26.380,70	2.608,66	66.670,68	19.741,23	5.156,59	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				93.423,57			83.863,98	

8 Rébito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	97.485,84	95.791,52
Quotas de utilizadores	2.488,20	2.892,90
Quotas e joias	900,00	1.470,00
Outros	94.097,64	91.428,62
Outros Rébitos	41,66	76,28
Juros	41,66	76,28
Total	97.527,50	95.867,80

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2017			31-12-2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	516.454,88	0,00	0,00	516.461,76
ISS, IP – Ação Social	Não reembolsável	0,00	0,00	1.694,17	0,00	0,00	1.028,11
Autarquias – J F Bonfim	Não reembolsável	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00
ISS, IP (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	156.539,25	0,00	6.007,92	162.547,17	0,00	6.007,92
MASES (Ativos Fixos Tangíveis)	Não reembolsável	131,83	0,00	99,00	230,83	0,00	99,00
TOTAL		156.671,08	0,00	524.505,97	162.778,00	0,00	523.596,79

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram de “13”. Durante o período de 2017 houve a substituição de um Vogal da Direção, passando os Órgãos Sociais para o quadriénio 2016/2020 a ter a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Maria Luísa Sottomayor;

1º Secretário – Maria João Arriscado Nunes;

2º Secretário – Rosa Maria Delgado.

Direção

Presidente – Cristina Maria Malheiro Dantas Gonçalves;

Vice-Presidente – Maria Manuela Coelho Pereira de Matos Peixoto Taveira;

Vogal – Heralda Maria Rodrigues Gonçalves;

Vogal – Maria Francisca Sottomayor Negrão;

Vogal – Maria Paula Megre Ferreira Lousada;

Vogal – Pedro Manuel Mota Ferreira da Silva;

Vogal – Rui Manuel Corucho Duarte Morais.

Conselho Fiscal

Presidente – Maria dos Prazeres Lopes Cardoso;

1º Vogal – Maria Gabriela Fonseca;

2º Vogal – Maria Inês Santos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de "31" e em 31/12/2017 foi de "30".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	328.928,09	335.326,62
Indemnizações	55,70	3.244,50
Encargos sobre as Remunerações	71.641,46	72.302,14
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.373,63	2.917,06
Outros Gastos com o Pessoal	1.917,52	6.082,83
Total	404.916,40	419.873,15

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Atividades didáticas – guitarra/outros	75
1	Formação/âmbito culinária	72
4	Atividades diversas	163
1	Apoio banco alimentar	80
2	Acompanhamento a consultas	696
1	Apoio Universidade Católica	50
8	Apoio Faculdade Medicina	400
12	Apoio GAS Porto	20

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	2.122,88	2.155,73
Total	2.122,88	2.155,73

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Quotas	2.590,00	2.740,00
Total	2.590,00	2.740,00

12.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes	7.728,02	4.567,11
Total	7.728,02	4.567,11

12.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	427,73	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	31,29	0,00
Entidades do Setor Público Administrativo	0,00	77,90
Outros Devedores	150,00	640,00
Total	609,02	717,90

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Rendas antecipadas	864,14	862,00
Seguros	1.982,51	1.782,06
Outras despesas com custo diferido	6.812,32	7.234,66
Total	9.658,97	9.878,72
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	60,00	30,00
Total	60,00	30,00

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	3.688,76	1.576,08
Depósitos à ordem	33.205,12	43.200,14
Depósitos a prazo	240.500,00	209.000,00
Total	277.393,88	253.776,22

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	189.505,21	0,00	0,00	189.505,21
Resultados transitados	183.616,69	1.072,99	0,00	184.689,68
Outras variações nos fundos patrimoniais	162.778,00	0,00	6.106,92	156.671,08
Total	535.899,90	1.072,99	6.106,92	530.865,97

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	26.287,69	15.899,16
Total	26.287,69	15.899,16

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.637,29	1.165,43
Total	1.637,29	1.165,43
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.753,85	3.942,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.918,50	2.208,00
Segurança Social	9.887,40	8.611,12
Fundo Compensação do Trabalho	105,85	59,05
Total	19.665,60	14.820,17

12.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	63.506,15	0,00	60.787,57
Entidades do Setor Público Administrativo - ISS	0,00	2.187,86	0,00	0,00
Outros credores	0,00	7.858,96	0,00	10.789,93
Total	0,00	73.552,97	0,00	71.577,50

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas	516.704,88	517.489,87
Doações e heranças - Donativos	29.052,63	37.563,87
Outras entidades	0,00	17.575,36
Total	545.757,51	572.629,10

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	483,75
Serviços especializados	44.613,96	30.526,33
Materials	5.133,65	6.531,01
Energia e fluidos	36.003,31	43.676,30
Deslocações, estadas e transportes	6.021,17	6.540,81
Serviços diversos	37.353,08	37.476,99
Encargos com utentes	1.109,58	1.785,87
Total	130.234,75	127.021,06

12.13 Aumentos /reduções justo valor

A Entidade reconheceu em 2017 e 2016 ganhos de "justo valor" nas seguintes rubricas:

Descrição	2017	2016
Em instrumentos financeiros	5,14	0,00
Total	5,14	0,00

12.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Rendimentos e Ganhos	7.682,29	8.512,34
Outros rendimentos e ganhos	7.682,29	8.512,34
Juros e Rendimentos Similares	41,66	76,28
Juros obtidos	41,66	76,28
Total	7.723,95	8.588,62

12.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	7.821,89	6.360,50
Dívidas incobráveis	8,80	62,05
Outros gastos e perdas	521,16	734,41
Total	8.351,85	7.156,96

12.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	225,89	327,48
Total	225,89	327,48
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	41,66	76,28
Total	41,66	76,28
Resultados Financeiros	-184,23	-251,20

12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi a seguinte:

Comunidade Inserção – 50 utentes;

Lar Crianças e Jovens – 14 utentes;

Refeitório/Cantina Social – 58 utentes.

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção

